



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 11/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO



Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Quatro Pontes PR

Rua São Gabriel- Centro - Fone/Fax (45)3279-8120
85940-000 Quatro Pontes - PR

Resolução 002/2020.

SÚMULA: Aprovar o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos do idoso de Quatro Pontes.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2308 de 23 de janeiro de 2020 e considerando a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2020, ata nº 032/2020:

RESOLVE:

1º Art. Aprovar o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos do idoso de Quatro Pontes.

2º Art. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Pontes, 28 de abril de 2020.

Odete Maria Riedel Laufer
Presidente do CMDI





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 12/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI DE QUATRO PONTES

Capítulo I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º – O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso é órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, responsável pela fiscalização e controle da Política Municipal do Idoso.

Parágrafo único – O CMDI – será dirigido pela Lei Municipal 2308/2020 de 23 de janeiro de 2020, alterada pela Legislação Federal e Estadual correlata no que ao idoso dispuser e por este Regimento Interno.

Art. 2º – Ao Conselho em conformidade com a legislação em vigor, compete:

I - zelar pela aplicação das Leis que norteiam as políticas do Idoso, garantindo que nenhuma pessoa seja objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e que todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, seja levado e denunciado ao Ministério Público ou órgão competente;

II - controlar, supervisionar, acompanhar, deliberar, fiscalizar, cumprir e fazer cumprir a Política Municipal de atendimento e proteção aos direitos do Idoso;

III - promover, apoiar e incentivar a criação de organizações destinadas à assistência do idoso, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário às ações, serviços e benefícios outorgados no Estatuto do Idoso;

IV - propor e aprovar a elaboração de diagnóstico da população idosa, através de realização de pesquisa sobre o seu perfil no município;

V - propiciar apoio técnico às organizações de atendimento e assistência ao Idoso, governamentais e não governamentais, a fim de tornar efetiva a aplicabilidade do Estatuto do Idoso, e os princípios e diretrizes da Política Nacional e Estadual do Idoso;

VI - participar da elaboração das propostas orçamentárias das Secretarias do Governo Municipal, visando à destinação de recursos vinculados aos planos, programas e projetos, para a implementação da Política Municipal do Idoso;

VII - fazer proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à política de atendimento e proteção dos direitos do idoso;

VIII - promover atividades e campanhas de educação e divulgação, para formação de opinião pública e esclarecimento sobre os direitos do idoso;

IX - acompanhar, supervisionar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos e serviços, assegurando, assim, que as verbas se destinem ao atendimento do idoso;

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as organizações não governamentais e governamentais de atendimento ao Idoso no município e solicitar aos órgãos competentes o credenciamento e o cancelamento de registro de instituições destinadas ao atendimento do Idoso, quando não estiverem cumprindo as finalidades propostas, e as leis que regem os direitos do idoso;

XI - subsidiar a elaboração de leis atinentes aos interesses do idoso;

XII - propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e à defesa dos direitos do Idoso;

XIII - receber petições, denúncias, reclamações, representações ou notícias de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados ao idoso, protegendo as informações sigilosas, emitindo parecer e encaminhando-as aos órgãos competentes para adoção de medidas cabíveis;

XIV - deliberar sobre a destinação e fiscalização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;

XV - convocar a Conferência Municipal dos Direitos do Idoso e estabelecer as normas de funcionamento em regimento próprio, conforme orientações emanadas dos Conselhos Nacional e Estadual;

XVI - elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

XVII - deliberar e propor ao órgão executivo a capacitação de seus conselheiros;

XVIII - promover, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas, fóruns, seminários,



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 13/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

simpósios e outros, no campo da proteção, da promoção e da defesa dos direitos do idoso.

Capítulo II

Da Composição

Art. 3º – O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso será composto por 6 (seis) membros sendo:

I - 03 (três) conselheiros titulares com os respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;*
- b) Secretaria Municipal de Saúde;*
- c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;*

II - 03 (três) conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados por entidades não-governamentais a serem eleitos em foro próprio ou na ocasião da conferência e nomeados pelo Poder Executivo, representando o Clube de Idosos, Pastoral do Idoso e Provopar.

Art. 4º – A estrutura do CMDI será composta:

- I** – Assembleia-geral;
- II** – Diretoria;
- III** – Comissões de Trabalho;
- IV** – Secretaria Executiva.

Sessão I

Da Assembleia Geral

Art. 5º – A Assembleia Geral é órgão soberano do Conselho Municipal do Idoso e a ela compete exercer o controle da política municipal do idoso na forma da legislação vigente.

Art. 6º – O conselho se reunirá em reunião ordinária trimestral, com calendário elaborado na primeira reunião do ano.

Art. 7º – Além das sessões ordinárias, o Conselho poderá ser convocado para uma sessão extraordinária ou em caráter de urgência, convocadas pelo Presidente ou por 2/3 dos conselheiros, sempre que for necessário.

Art. 8º – As deliberações da Assembleia serão na forma de resolução que constituir-se-á instrumento legal passível pela execução por parte do Conselho. Deliberações estas que deverão ser publicadas no diário oficial do município.

Sessão II

Da Diretoria

Art. 9. A diretoria do Conselho será escolhida na primeira reunião ordinária do Conselho e será composta por: Presidente, Vice-Presidente e primeiro secretário. O conselho também contará com o apoio administrativo de um (a) secretário executivo nomeado pelo poder público municipal.

Sessão III

Da Presidência

Art. 10 – O Presidente e o vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso, serão eleitos entre seus membros em reunião no Conselho por maioria absoluta, por um período de 2 (dois) anos.

Art. 11 – Compete ao Presidente do Conselho:



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 14/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

- I – Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II – Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
- III – Exercer ao direito de voto no caso de empate tendo assim o voto de Minerva;
- IV – Assinar as deliberações do Conselho a atas relativas a seu cumprimento;
- V – Representar o CMDI em todas as reuniões;
- VI – Formalizar após aprovação do CMDI os afastamentos, licenças e exclusões dos seus membros;
- VII – Instalar as comissões constituídas pelo CMDI;
- VIII – Cumprir e fazer cumprir todas as normas e decisões tomadas pelo CMDI.

Sessão IV

Da Vice-Presidência

Art. 12– A Vice-Presidência do CMDI, será exercida pelo segundo Conselheiro mais votado para as eleições da presidência.

Art. 13 – Ao Vice-Presidente compete:

- I – Substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausência;
- II – Acompanhar as atividades do Secretário Executivo.

Sessão V

Do Secretário(a) Executivo(a) e primeiro secretário

Art. 14 – Compete ao secretário (a) executivo (a):

- I – Elaborar as atas, resoluções e manter atualizada a documentação do Conselho;
- II – Expedir correspondências e arquivar documentos;
- III – Manter os conselheiros titulares e suplentes informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das Comissões Técnicas e de assuntos de interesse do idoso;
- IV – Proceder à leitura das atas e submetê-las à apreciação e aprovação do Conselho encaminhando-as aos conselheiros;
- V – Providenciar a publicação dos atos do Conselho no diário oficial do município;
- VI – A pauta da reunião ordinária será encaminhada aos conselheiros com antecedência de 48 horas.

Parágrafo único: O primeiro secretário eleito deverá auxiliar o secretário executivo nas atribuições acima, e na falta desde irá exercer as atividades acima.

Sessão VI

Das Comissões de Trabalho

Art. 15 – Serão formadas no Conselho Comissões de trabalho em caráter permanente e temporário.

- § 1º As comissões de trabalho serão compostas paritariamente por representantes governamentais e não governamentais;
- § 2º As atividades das Comissões de Trabalho serão orientadas por normas de procedimento elaboradas pela própria comissão e aprovada em sessão plenária do CMDI;
- § 3º Cada Comissão de Trabalho elegerá um coordenador que será um membro do conselho.

Art. 16 – As Comissões permanentes que compõe o Conselho municipal do Idoso são:

- I – Divulgação;
- II – Documentação;
- III – Monitoramento e avaliação.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 15/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Capítulo III

Dos Conselheiros

Art. 17 – A função do Conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada. Ao servidor que exercer a função de conselheiro terá abonada as faltas ao serviço durante as reuniões do Conselho, ou quando estiver executando tarefas de interesse do Conselho. Para isso seu chefe imediato será informado anteriormente, como justificativa.

Art. 18 – O mandato do conselheiros será de dois anos permitida a recondução. Os Conselheiros que deixarem suas funções, nas suas instituições (governamentais ou não governamentais), assumindo em seu lugar seu suplente ou outro indicado pela instituição que representa.

Art. 19 – No caso de exercício das atividades de Conselheiro, fora do município de Quatro Pontes, o Conselho poderá solicitar ao Poder Público Municipal o programa de despesas de transporte, alimentação e hospedagem do Conselheiro, principalmente quando este for participar de eventos, encontros, seminários e estudos de assuntos referentes a idosos, de interesse do Município previamente autorizado.

Art. 20 – É assegurado ao Conselheiro:

I – Participar com direito a voz e voto das sessões plenárias do Conselho e das Comissões de Trabalho que seja integrante;

II – Solicitar as diligências necessárias ao perfeito desenvolvimento de suas tarefas, quer como relator ou como Conselheiro;

III – Participar da escolha de Presidente; Vice-Presidente e do Secretário Geral do Conselho, bem como dos Coordenadores das Comissões de Trabalho;

IV – Convocar sessões extraordinárias do Conselho, de acordo com o artigo 7º deste regimento;

V – Solicitar visitas em processos, levantar questões de ordem no decorrer das sessões, integrar as Comissões de Trabalho do Conselho, funcionar como Coordenador ou relator nas Comissões, ter acesso a todas informações dos órgãos governamentais e não governamentais para o acompanhamento da execução de projetos, programas e trabalhos que digam respeito ao idoso.

VI – Solicitar seu afastamento da Assembleia. Participar com direito a voto dos trabalhos das Comissões que seja componente e no plenário, votar em todos os pareceres das Comissões apresentando proposições pertinentes à matéria da competência do Conselho.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais

Art. 21 – Será exigido o “quorum” de dois terços dos Conselheiros, em primeira chamada ou qualquer número de presentes em segunda chamada para revisão das deliberações tomadas pela Assembleia, quando a revisão for proposta no mesmo exercício.

Art. 22 – Verificando-se a vaga do cargo de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral haverá eleição do respectivo substituto para completar o mandato no prazo de 30 dias.

Art. 23 – Será destituído necessariamente, o Conselheiro que:

I – Desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

II – Faltar 3 (três) reuniões de assembleia ou reuniões de comissões técnicas para as quais foi designado, consecutivamente, ou as 6 (seis) intercaladas, sem justificativa;

III – Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

IV – For condenado por sentença irrecurável, por crime ou contravenção penal.

Art. 24 – Toda destituição de cargo será procedida de notificação escrita que assegure ao interessado pleno



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 16/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

direito de defesa, cabendo recursos na forma deste Regimento.

Art. 25 – Os recursos financeiros as implantação das ações, serão consignados nos respectivos orçamentos dos órgãos de administração direta ou indireta do Município, bem como nos Fundos Municipais afetos a Política Municipal do Idoso.

Art. 26 – O Conselho pode solicitar ao Poder Público Municipal, os recursos financeiros, materiais e humanos para seu funcionamento.

Art. 27 – Este Regimento entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Quatro Pontes, 28 de Abril de 2020.





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR

SEGUNDA FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020

ANO: VII

EDIÇÃO Nº: 1494 17/17 Pag.(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LEGISLATIVO

PROCESSOS DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº 002/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de prestação de serviços de recepção, de 40(quarenta) horas semanais, por um período de 60(sessenta) dias, na Câmara Municipal de Quatro Pontes, até que tramite processo licitatório pertinente ao objeto. Empresa: **PRESPONTES SERVIÇOS LTDA ME** - CNPJ sob o nº 05.033.822/0001-92. Valor Mensal: R\$ 3.661,52 (três mil, seiscentos e sessenta e um reais, cinquenta e dois centavos). Valor Contratual: R\$ 7.323,04 (sete mil, trezentos e vinte e três reais, quatro centavos). Prazo de Execução: 60 (sessenta dias). Prazo de Vigência: 60 (sessenta dias). **FUNDAMENTO:** Dispensa de Licitação - Art. 24, Inciso IV, L. F. nº 8.666/93 e demais alterações. Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 18 de Maio de 2020. **PEDRINHO ALOISIO TONELLI** – Presidente

